

Verticalizar, a solução ^{Adv. Justiça} para depósitos públicos

Instalação de prateleiras é a solução para a falta de espaço

Justiça tenta conseguir verba para construir outro depósito

A Justiça reconhece que os nove depósitos públicos do Distrito Federal estão superlotados. Em alguns deles, há espaço para acomodar apenas pequenos objetos. No do SIA (Setor de Indústria e Abaste-

cimento), os bens penhorados já não cabem mais no galpão e estão tendo de ser colocados no pátio. Uma das soluções para o problema seria a construção de um novo espaço e a instalação de prateleiras para verticalizar os depósitos.

Abelardo Frota Sysne Filho, diretor da Corregedoria do Tribunal de Justiça (TJDF), diz que o processo licitatório para construção de um novo espaço está em andamento. Mas as obras ainda não têm data para começar, já que isto depende de recursos da União. Frota lembra que a instalação de prateleiras também não é tão simples, pois também precisa da liberação de dinheiro.

Urinol

Enquanto não se encaminha uma solução, os depósitos conti-

nuam abarrotados. Nestes locais, são alocados de urinol a carro importado, passando por eletrodomésticos e *Jet Ski*. Muitos objetos vão parar nos galpões novinhos em folha. Pianos, manequins de lojas, caminhões, quadros, livros, entre muitos outros bens, ficam sob a guarda da Justiça, até que se decida o destino dos mesmos.

No SIA, o espaçoso galpão, cedido pelo GDF, ficou pequeno para tanta coisa. Além de ter de colocar os objetos no pátio, o coordenador dos depósitos públicos, João Francisco Acioli Rincon, está encontrando uma outra solução para a superlotação. Os quadros recolhidos estão sendo pendurados nas paredes. "Embelezam o ambiente e ocupam menos espaço", diz Rincon.

Não avalia a situação de Abelardo Frota, a superlotação dos depó-

sitos é sazonal. "Está relacionada com a crise financeira e o aumento da inadimplência", acredita. Segundo ele, os bens podem ficar, no máximo, um ano e meio no depósito. Depois disso, vão a leilão. Os objetos são recolhidos quando, durante a tramitação de um processo, o devedor não tem condições de quitar a dívida.

Para manter os bens no depósito, as partes envolvidas no processo pagam 3% do valor do objeto a cada seis meses. São realizados, em média, quatro leilões por ano. O último ocorreu em novembro. Foram vendidos 41 lotes a um preço total de R\$ 37 mil. O próximo leilão deve ocorrer em fevereiro.

MÁRCIA DELGADO

Repórter do Jornal de Brasília